COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.122, DE 2007

(Apenso PL Nº 4.989, DE 2009)

“Altera o artigo 487, do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para disciplinar a proporcionalidade do aviso prévio.”

Autor: Deputado LÉO VIVAS

Relator: Deputado MILTON MONTI

I - RELATÓRIO

O PL nº 1.122, de 2007, de autoria do ilustre Deputado Léo Vivas, visa disciplinar a proporcionalidade do aviso prévio.

Dispõe que o aviso prévio é de trinta dias para os contratos de trabalho com até 12 meses. Acima desse período, o aviso prévio é de trinta dias mais um dia por ano ou fração superior a seis meses de serviço na empresa.

Foi apensado o PL nº 4.989, de 2009, do nobre Deputado Cleber Verde, que acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, dispondo que o empregador deve conceder ao empregado, além do prazo legal, *“aviso prévio de cinco dias, por ano de serviço prestado a ele, na despedida sem justo motivo”*.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O aviso prévio é obrigatório para os contratos de trabalho por prazo indeterminado. Não havendo prazo de duração do contrato estipulado pelas partes (empregado e empregador) deve haver a comunicação da intenção de rescindir o contrato de trabalho com trinta dias de antecedência.

Isso permite que o trabalhador inicie a busca por um novo emprego, caso a iniciativa da rescisão seja do empregador. Por outro lado, caso a iniciativa seja do empregado, permite que o empregador selecione um substituto.

É concedido, portanto, prazo para que a outra parte se adapte à nova situação decorrente de uma rescisão imotivada ou sem justa causa.

Caso a parte que decidiu rescindir o contrato não avise a outra com a antecedência mínima de trinta dias, é devida indenização. No caso de o empregado ser demitido sem o pré-aviso, o empregador deve pagar indenização equivalente ao valor do salário durante o período de trinta dias.

Já a falta de aviso por parte do empregado autoriza o empregador a descontar o valor equivalente ao salário durante o período de aviso prévio.

As proposições em análise alteram os dispositivos relativos ao aviso prévio, ampliando o seu prazo para os empregados com mais de um ano de contrato com a mesma empresa.

Não julgamos conveniente, no entanto, alterar o aviso prévio nos termos propostos.

O PL nº 1.122/2007 ao dispensar um tratamento uniforme ao aviso prévio proporcional, válido para empregado e empregador, impõe ao trabalhador o pagamento de indenização superior à devida hoje.

Com efeito, caso a rescisão seja iniciativa do empregado com mais de 12 meses de contrato, este deve indenizar proporcionalmente o empregador, acrescentando-se ao aviso prévio um dia de salário por ano ou fração superior a seis meses de trabalho. A alternativa do empregado demissionário é trabalhar o todo o período de pré-aviso.

Não se pode estabelecer condição menos favorável para o empregado, como determinar a ampliação de seu aviso prévio. O princípio da norma mais favorável ao empregado é fundamental no Direito do Trabalho e deve ser respeitado.

O PL nº 4.989, de 2009, por sua vez, dispensa tratamento diferenciado ao empregado, onerando apenas o empregador no tocante ao aviso prévio proporcional.

Não é justo que o aviso prévio seja ampliado e onere apenas uma das partes. O pré-aviso é condição do contrato de trabalho por prazo indeterminado e seus termos devem ser aplicáveis para ambas as partes.

Julgamos, assim, que nenhum dos projetos regulamenta satisfatoriamente o aviso prévio proporcional e, portanto, somos pela rejeição dos PL nº 1.122, de 2007, e PL nº 4.989, de 2009.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado MILTON MONTI
Relator